



Renovação do mandato de Alfredo Calot Escobar na qualidade de secretário do Tribunal de Justiça

Alfredo Calot Escobar, secretário do Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2010, foi reconduzido pelo Tribunal de Justiça nas suas funções em 26 de outubro de 2001, para um mandato de seis anos, ou seja, para o período compreendido entre 7 de outubro de 2022 e 6 de outubro de 2028. Já tinha sido reconduzido uma primeira vez nas suas funções para um segundo mandato entre 7 de outubro de 2016 e 6 de outubro de 2022.

O secretário do Tribunal de Justiça é nomeado pelos juízes e pelos advogados-gerais do Tribunal de Justiça por um período de seis anos renovável. O secretário assiste o Tribunal de Justiça no exercício das suas funções jurisdicionais. A este título, exerce as atribuições previstas no Regulamento de Processo da jurisdição. É igualmente o secretário-geral da Instituição. Sob a autoridade do Presidente do Tribunal de Justiça, é responsável pela administração da Instituição e pela gestão do seu pessoal e dos seus serviços. Por delegação do Tribunal de Justiça, exerce as funções de ordenador dos créditos inscritos no orçamento da Instituição.

Além das suas funções de secretário, Alfredo Calot Escobar preside ao Colégio dos Chefes de Administração das Instituições da União Europeia, bem como à Reunião dos Secretários-Gerais e dos Chefes de Administração das Instituições e Órgãos da União Europeia instalados no Luxemburgo.

Curriculum vitae

Nascido em 1961 em Valência (Espanha), Alfredo Calot Escobar fez os seus estudos na Universidad de Valencia (Universidade de Valência, Espanha), onde obteve o diploma de *Licenciado en Derecho*.

Em janeiro de 1986, foi recrutado pelo Conselho das Câmaras de Comércio da Comunidade Autónoma de Valência para exercer as funções de analista comercial junto do Instituto Comercial de Espanha em Toronto (Canadá). Aí trabalhou até à sua entrada em funções no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, em 16 de julho de 1986, de cujos quadros passou a fazer parte depois de ter sido aprovado no concurso geral destinado a prover os primeiros lugares de juristas-linguistas de língua espanhola na Direção da Tradução.

Em 1990, foi promovido a jurista-revisor e exerceu estas funções até 1993, data em que se transferiu para o serviço de Imprensa e Informação do Tribunal de Justiça.

Tendo sido aprovado num concurso geral de administradores organizado pelo Parlamento Europeu, integrou em 1995 a Direção-Geral das Comissões e Delegações Interparlamentares do Parlamento, assumindo as funções de administrador do Secretariado da Comissão Institucional.

Em 1996 foi chamado a integrar o gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça, onde exerceu as funções de assessor (*attaché*) até 1999, ano em que foi nomeado referendário do advogado-geral Dámaso Ruiz-Jarabo Colomer.

Graças à diversidade da experiência profissional obtida, regressou ao serviço de tradução do Tribunal de Justiça em 2000 como chefe da divisão de língua espanhola, serviço que tinha ajudado a criar 14 anos antes.

Em 2001, foi nomeado Diretor da Tradução, num momento-chave da história do Multilinguismo, uma vez que estava em preparação o alargamento da União a dez novos Estados-Membros, e, conseqüentemente, a quase duplicação do número de línguas oficiais, que passou de 11 para 20.

Na sequência de uma evolução na estrutura dos serviços administrativos da Instituição, foi nomeado Diretor-Geral da Tradução em junho de 2007.

Em 6 de outubro de 2010, Alfredo Calot Escobar foi eleito secretário do Tribunal de Justiça, funções que ocupa desde então.

Contactos Imprensa: Cristina López Roca ☎ (+352) 4303 3667.